

2. AGO 1988

Governo e Constituinte

886109V - 2

ROBERTO KONDER BORNHAUSEN

A Constituição que a nação brasileira aguarda não pode dispensar o realismo orçamentário defendido pelo presidente da República nem a sensibilidade pela questão social enfatizada pelo presidente da Constituinte. Para resolver a questão social, contudo, é preciso que a administração pública volte a concentrar sua ação nas atividades típicas de governo, hoje relegadas a segundo plano pelo Estado-empresário, e desobstrua a livre iniciativa dos cidadãos, manietada por regras e controles excessivos.

Enquanto o setor público continuar desviando para o Estado-empresário as poupanças que poderiam ser aplicadas com retorno e eficiência muito maiores pela iniciativa privada, o atendimento às questões sociais, previsto no projeto aprovado pela Constituinte, dificilmente poderá se materializar. A fome e a miséria assinaladas pelo presidente Ulysses também não poderão se dissipar somente com os recursos disponíveis no caixa do Tesouro. Mas certamente poderão ser erradicadas, se as pessoas encontrarem um mercado crescente que lhes ofereça emprego, renda, bens e serviços para atender suas necessidades. A criação desse mercado exige que se viabilizem as condições necessárias para estimular investimentos no país de cidadãos brasileiros e estrangeiros, como ocorre em outras partes do mundo.

Empresas eficientes, produção, mercado de trabalho e renda não crescem à sombra de monopólios, de reservas de mercado, de subsídios, nem sobrevivem com baixa produtividade, acobertadas pelo paternalismo estatal, como floresceram milhares delas no setor público e



privado nas últimas décadas. Essa situação precisa ser profundamente reformulada pelo governo e pela Constituinte, para que o país não fique marcando passo. O caos inflacionário causado pelo déficit público, principal flagelo que se abate sobre a sociedade, continuará desafiando políticas heterodoxas e ortodoxas.

O esgotamento dos recursos do Estado hoje é patente para toda a nação. As dívidas contraídas pelo setor público, via colocação de títulos ou empréstimos externos e internos, já atingiram o limite do suportável, assim como a carga tributária que onera os cidadãos e as empresas. A emissão de dinheiro pura e simples é opção que só contribuirá para aumentar a inflação e agravar os fortes desequilíbrios

os já existentes na distribuição de rendas.

O Estado não produz renda para debelar a miséria nem alimentos para acabar com a fome. Só uma economia sadia e eficiente pode resolver esses problemas, com investimentos, produção, empregos e rendas para que a sociedade dependa cada vez menos do Estado.

Os investimentos realizados pelo Estado nas áreas de saúde, educação e mesmo sua contribuição para a Previdência Social são inexpressivos, quando comparados com os recursos aplicados em áreas onde sua ação seria perfeitamente dispensável e suprida com maior eficiência pela iniciativa privada.

A consciência social dos desequilíbrios causados pelo Estado-empresário

que incapacita o governo de debelar a inflação e atender às demandas sociais que se acumularam ao longo dos anos vêm provocando manifestações. São exemplos desse procedimento a disseminação das atividades informais na economia, envolvendo as relações de emprego, a produção e a distribuição de bens e serviços, os dribles aos controles de preços, o contrabando, fugindo à excessiva carga tributária ou às reservas de mercado, sem contar o crescente movimento grevista no setor público.

A fuga e a retração do capital produtivo, provocadas pelas incertezas das futuras regras e por uma conjuntura adversa, somadas ao bloqueio da reserva de mercado à absorção de tecnologia em áreas fundamentais do desenvolvimento são, juntamente com o desvirtuamento das funções essenciais do governo e seu desequilíbrio orçamentário, as principais obstruções à busca de soluções para a questão social. As medidas necessárias para desobstruir esses pontos de estrangulamento dependem de decisão política do governo e das regras a serem fixadas pela Constituinte.

O momento e a situação exigem a soma de esforços do Executivo e do Legislativo para uma atuação realista e pragmática em relação às graves questões sociais e econômicas que o país enfrenta. Vale, portanto, a expressão popular: "Mãos à obra, pois em casa onde falta pão todos reclamam e ninguém tem razão".

ROBERTO KONDER BORNHAUSEN, 54, é presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, membro do Conselho Monetário Nacional (CMN) e vice-presidente do Conselho de Administração do Unibanco.